



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 040

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes; Sem Partido: Rafael Greca

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 006/2003**

DATA:

27 de maio de 2003.

SÚMULA:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de abril de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de abril de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "XIX de Dezembro", em 27.05.2003.
(a) HERMAS BRANDÃO

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE MAIO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Plauto Miró Guimarães.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv,

Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Ofícios:****OFÍCIOS**

Sob os nºs CTL/SEEG/081 a 084/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

099/2003: De autoria dos deputados Barbosa Neto e Elza Correia que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco de Assis Lemos de Souza, o qual convertido em lei tomou o nº 14.051.
Anote-se - Arquite-se.

114/2003: De autoria do deputado Fernando Ribas Carli que, denomina de "Rodovia Manoel Palma Cano", a estrada que liga o município de Alvorada do Sul ao município de Primeiro de Maio, reconhecida como PR-437, o qual convertido em lei tomou o nº 14.052.
Anote-se - Arquite-se.

130/2003: De autoria do deputado Mauro Moraes que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao desembargador Otto Luiz Sponholz, o qual convertido em lei tomou o nº 14.053. **Anote-se - Arquite-se.**

210/2003: De autoria do Poder Executivo que, cria os cargos de provimento em comissão que especifica, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, o qual convertido em lei tomou o nº 14.054. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 179, do Sr. João Carlos Buffara Lopes, gerente geral da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$17.609,57 (dezesete mil, seiscentos e nove reais e cinquenta e sete centavos), destinados a este Estado, ao município de Toledo, referente à parcela do Contrato de

Repasse nº 133.491-39/2001/Mapa/Caixa, assinado em 31/12/2001, no âmbito do Prodesa, modalidade execução de Promoção do Cooperativismo Nacional. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1.136, da Sra. Maria Tereza Uille Gomes, Procuradora Geral da Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei, e respectiva justificativa, dispondo sobre a criação do cargo de Oficial de Promotoria Nível I para compor o Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 46/2003

SÚMULA:

Propõe ao Poder Executivo a redução da alíquota do ICMS na cobrança de serviços de energia elétrica e comunicação, de hotéis localizados em municípios cuja economia seja baseada no turismo, na forma que especifica.

Art. 1º - Fica acrescido o inciso VII ao artigo 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 14 - ...

VII - alíquota de 3% (três por cento) para operações e prestações de serviços com energia elétrica e comunicação destinados a hotéis localizados em municípios cuja economia seja baseada no turismo.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por objetivo sugerir medida para auxiliar no desenvolvimento social e financeiro dos municípios que têm como base econômica o turismo, reduzindo a alíquota do ICMS cobrado sobre consumo de energia elétrica e despesas telefônicas dos hotéis, de 27% para 3%.

Em Foz do Iguaçu, por exemplo, são enormes as dificuldades enfrentadas atualmente pelas empresas hoteleiras em virtude da diminuição do fluxo de turistas provocada pela queda do poder aquisitivo dos brasileiros e da conjuntura econômica nacional, obrigando-se a muitos o fechamento de suas portas e a outros, a redução drástica do número de funcionários, implicando num grave problema social que é o desemprego.

Essa situação é preocupante, e visando contribuir com os municípios que dependem de atividades ligadas diretamente ao turismo para movimentar sua economia é que temos sugerido ao Poder Executivo algumas iniciativas que se efetivadas auxiliarão na redução dos custos dos hotéis, podendo garantir o emprego de muitos profis-

sionais, ou ainda, se repassados os benefícios aos turistas na forma de descontos nas hospedagens, será um importante atrativo para aumentar a ocupação dos hotéis.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1060

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 295/2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1052

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada do item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 08/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná, por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente:

o deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 258/2003 e 296/2003, que têm por objetivo conceder título de cidadania honorária ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1051

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de maio, para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Wal-dyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solici-

tando a duplicação da Estrada do Ribeira, trecho compreendido entre o trevo da Penha até o Km 18, próximo da entrada do Bairro São Dimas, município de Colombo.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Temos urgência na duplicação desse trecho, pois se trata de uma estrada onde o fluxo de veículos é intenso, causando filas pela falta de acostamento e sérios acidentes pela não-conservação da estrada.

REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de louvor aos policiais militares cabo Edson Barbosa de Jesus, RG: 327665-1; Marcos da Silva Almeida, RG: 6239887-9; Amauri Pereira, RG: 39966373-6; e Antonio Pereira Filho, RG: 6191599-0 e ainda postumamente ao sargento Irineu Leonel de Siqueira, todos do 4º Pelotão da Polícia Militar de Pinhais, por ato de bravura e desprendimento no cumprimento do dever de policiais.

De fato, em recente acontecimento na Vila Maria Antonieta, em Pinhais, os policiais exercendo suas funções e cumprindo o chamamento de cidadã que estava sendo assaltada com violência em sua própria residência, atuaram com bravura e disposição, contendo a violência que contra terceiros injustamente se praticava. Infelizmente, o preço da ação foi a vida do sargento Irineu Leonel de Siqueira.

Requer-se, ainda, que seja enviado expediente aos soldados nominados e à família do sargento Leão de Siqueira, e que seus atos constem das fichas funcionais viabilizando promoções por atos de bravura.

Requer, enfim, que seja enviado expediente ao senhor secretário de Estado da Segurança Pública e ao senhor comandante da Polícia Militar constando do conteúdo neste requerimento.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito do último concurso da Polícia Civil:

- . Quantos policiais já foram investidos nos cargos?
- . Quando serão efetivados os demais aprovados no mencionado concurso?
- . Quantos novos profissionais serão designados para Maringá?

. Os profissionais serão distribuídos de acordo com a região onde moram?

. Há uma planilha de distribuição de profissionais por região? Como será a distribuição?

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Muitas têm sido as consultas a respeito do aproveitamento de aprovados no concurso público. Da mesma forma têm sido freqüentes as consultas a respeito da destinação de policiais para as cidades do Interior do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1058

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Agência Nacional do Petróleo solicitando a ampliação da fiscalização da qualidade do combustível dos postos paranaenses, através da celebração de novos convênios com Universidade do Estado, para que esta se estenda ao interior do Paraná.

O presente requerimento deve-se pelo aumento do índice de adulteração da gasolina no Paraná de 7,5% para 22%, noticiada na imprensa paranaense.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) Barbosa Neto

Apoioamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, André Vargas, Luciana Rafagnin, Waldir Leite, Neivo Beraldin, Jocelito Canto, Francisco Bühner, Augustinho Zucchi, Ratinho Júnior, Artagão Júnior, Natálio Stica, Elio Rusch, Hermes Fonseca, Renato Gaúcho, Antonio Anibelli, Carlos Simões, Pastor Edson Praczyk, Vanderlei Iensen, Ailton Araújo, Padre Paulo Campos, Dobrandino da Silva e Miltinho Pupio.

REQUERIMENTO Nº 1061

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao governador Requião, propondo um estudo para a criação de uma empresa de telefonia fixa, através do sistema de fibra ótica da Copel acoplada ao Sistema Sercomtel, recriando

uma estrutura pública de comunicação no Estado do Paraná.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao governador Roberto Requião. Palácio Iguaçu, 3º andar - Centro Cívico - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

A Sercomtel SA, é uma empresa londrinense, pioneira nos serviços de telefonia e tem cumprido as metas da Anatel.

Foi autorizada, recentemente, a atuar em outros 93 municípios, integrantes da área com prefixo 43. A Copel, sócia da Sercomtel, com 45% das ações, tem rede de fibra óptica ampla em todo o Estado, além de serviços de atendimento e transmissão. A exploração da telefonia fixa em todo Estado, através dessa união, torna-se uma proposta possível e estratégica para o nosso Estado, possibilitando a implementação da política de inclusão digital.

Assim, teríamos de volta um sistema público de telecomunicações capaz de concorrer com o monopólio privado, construído pelos oito anos do governo anterior.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 307/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica vedado o plantio, a sementeira, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM's) no Estado do Paraná, exceto para fins de pesquisa científica, conforme o disposto nesta lei, visando proteger a vida e a saúde do homem, dos animais e das plantas, bem como o meio ambiente.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, define-se:

I - organismo - toda entidade biológica capaz de reproduzir e/ou de transferir material genético, incluindo vírus, prions e outras classes que venham a ser conhecidas;

II - ácido desoxirribonucléico (ADN), ácido ribonucléico (ARN) - material genético que contém informações determinantes dos caracteres hereditários transmissíveis à descendência;

III - moléculas de ADN/ARN recombinante - aquelas manipuladas fora das células vivas, mediante a modificação de segmentos de ADN/ARN natural ou sintético que possam multiplicar-se em uma célula viva, ou ainda, as moléculas de ADN/ARN resultantes dessa multiplicação. Consideram-se, ainda, os segmentos de ADN/ARN sintéticos equivalentes aos de ADN/ARN natural;

IV - organismo geneticamente modificado (OGM) - organismo cujo material genético (ADN/ARN) tenha

sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética;

V - engenharia genética - atividade de manipulação de moléculas ADN/ARN recombinante.

Parágrafo Único - Não são considerados como OGM aqueles resultantes de técnica que impliquem a introdução direta, num organismo de material hereditário, desde que não envolvam a utilização de moléculas de ADN/ARN recombinante ou OGM, tais como: fecundação in vitro, conjugação, transdução, transformação, indução poliplóide e qualquer outro processo natural;

Art. 3º - Esta lei não se aplica quando a modificação genética for obtida através das seguintes técnicas, desde que não impliquem a utilização de OGM como receptor ou doador.

I - mutagênese;

II - formação e utilização de células somáticas de híbrido animal;

III - fusão celular, inclusive a de protoplasma, de células vegetais, que possa ser produzida mediante métodos tradicionais de cultivo;

IV - autoclonação de organismos não-patogênicos que se processe de maneira natural.

Art. 4º - Fica vedada a comercialização de produtos que em sua composição contenham substância proveniente de OGM's, e que tenham como destino a alimentação humana ou animal.

Parágrafo Único - A violação deste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas na lei.

Art. 5º - Todas as empresas ou organizações públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras, que desenvolvam no Estado do Paraná pesquisas, testes, experiências e outras atividades na área da biotecnologia e engenharia genética, envolvendo Organismos Geneticamente Modificados (OGM's), bem como os produtos advindos desta tecnologia, deverão notificar o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança/ CTEBio.

§ 1º - Aplica-se para os efeitos desta lei o conceito de Engenharia Genética e Organismos Geneticamente Modificados, constantes na Lei Federal 8.974, de 5 de janeiro de 1995.

§ 2º - A notificação de que trata este artigo, será acompanhada dos seguintes documentos:

I - pareceres técnicos federais que autorizam as pesquisas, os testes, as experiências e outras atividades em Engenharia Genética ou Organismos Geneticamente Modificados (OGM's), conforme instruções normativas do Conselho Técnico Nacional de Biossegurança-CTNBio;

II - Certificado de Qualidade em Biossegurança concedido pela CTNBio para cada área individualizada em que são desenvolvidas as pesquisas, os testes, as experiências e outras atividades;

III - carta comprovando a designação de responsável técnico para a área, sendo indispensável seu credenciamento junto à sua entidade profissional;

IV - Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - Rima, relativo às atividades desenvolvidas;

V - informação escrita sobre a localização da área, as quantidades semeadas/colhidas e o local onde os produtos se encontram armazenados.

Art. 6º - O descumprimento ao disposto no artigo anterior, será fato impeditivo à continuidade das atividades ali descritas, devendo o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio - tomar providências cabíveis.

Art. 7º - É vedado às instituições financeiras operadoras do sistema de crédito rural aplicar recursos no financiamento da produção e plantio de variedades em desacordo com a legislação em vigor.

Art. 8º - Fica criado o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, vinculado diretamente ao gabinete do secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, que contará com a colaboração e cooperação dos órgãos de fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao qual caberá, dentre outras, as seguintes funções:

I - propor a Política Estadual de Biossegurança;

II - autorizar testes, experiências e outras atividades relacionadas à engenharia genética ou a organismos geneticamente modificados, observados a legislação aplicável;

III - fiscalizar e monitorar todas as atividades e projetos relacionados à engenharia genética ou organismos geneticamente modificados;

IV - publicar no Diário Oficial do Estado, previamente ao processo de análise, extratos dos pleitos que lhe forem submetidos à aprovação, o resultado dos processos a seu julgamento, bem como a conclusão do parecer técnico;

V - manter cadastro atualizado de todas as instituições e profissionais que realizem atividades e projetos relacionados à engenharia genética e organismos geneticamente modificados;

VI - fiscalizar o funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança - CTBios, no âmbito de cada empresa ou instituição, previstos no Decreto Presidencial nº 1752, de 20 de dezembro de 1995 (alterado pelo Decreto nº 2577, de 30 de abril de 1998);

VII - emitir parecer técnico final conclusivo sobre as experiências, testes, atividades e projetos por ela autorizados e acompanhados;

VIII - elaborar seu Regimento Interno de funcionamento.

Art. 9º - O CTEBio, composto por 14 membros efetivos e 14 membros suplentes, designados por ato do governador do Estado, será constituído por:

I - dois efetivos e dois suplentes, indicados pelo secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, sendo um da área animal e outro da área vegetal;

II - um efetivo e um suplente, indicados pelo secretário de Estado da Saúde;

III - um efetivo e um suplente, indicados pelo secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - um efetivo e um suplente, indicados pelo secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

V - um efetivo e um suplente, indicados pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar;

VI - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;

VII - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - Fetaep;

VIII - um efetivo e um suplente, indicados por associações legalmente constituídas, representativas do setor empresarial de biotecnologia;

IX - um efetivo e um suplente, indicados por entidades legalmente constituídas de defesa do meio ambiente;

X - um efetivo e um suplente, indicados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf-Sul;

XI - um efetivo e um suplente, indicados pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais;

XII - um efetivo e um suplente, indicados por entidades legalmente constituídas de defesa do consumidor;

XIII - um efetivo e um suplente, indicados pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná - CREA-PR.

§ 1º - Os componentes da CTEBio serão indicados pelas entidades de acordo com critérios de experiência e notório conhecimento na área de biotecnologia, relacionada à questão vegetal, ambiental, à saúde humana ou animal.

§ 2º - A indicação será feita no prazo de trinta (30) dias a contar da publicação desta lei, e será endereçada ao governador do Estado, que imediatamente fará publicar no Diário Oficial ato designando a constituição do Conselho.

Art. 10 - O mandato dos membros do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, será de três anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único - A cada três anos a composição do CTEBio será renovada, ao menos, em um terço de seus membros.

Art. 11 - O presidente do CTEBio será eleito pelos demais membros do Conselho, para exercer mandato de

dois anos, sendo vedada a recondução, e sua nomeação para o cargo será através de ato do secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 12 - As funções e atividades desenvolvidas pelos membros do CTEBio serão consideradas de alta relevância, devendo o Governo do Estado, através de órgão competente, prover os recursos necessários para seu pleno funcionamento.

Art. 13 - Ante a caracterização de fraude, irregularidade ou qualquer outra infração a esta lei, o Conselho adotará as seguintes medidas, conforme a gravidade;

I - advertência;

II - multa diária de 100 a 2000 UFIR's;

III - apreensão do produto;

IV - suspensão do projeto ou atividade;

V - interdição total ou parcial do laboratório, instituição, empresa responsável, ou propriedade particular;

VI - condenação dos campos, viveiros e/ou produtos com organismos geneticamente modificados e derivados;

VII - destruição dos produtos geneticamente modificados, e seus derivados;

VIII - cancelamento do registro ou autorização para funcionamento.

Parágrafo Único - O CTEBio contará com uma Secretaria Executiva, que proverá o apoio técnico e administrativo ao Conselho.

Art. 14 - Os recursos decorrentes da aplicação desta lei, serão destinados ao Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, que os destinará para fomento às pesquisas relativas à biossegurança dos OGM's, através de convênios específicos com órgãos estaduais de ciência e tecnologia.

Art. 15 - As entidades que estiverem desenvolvendo atividades reguladas por esta lei na data de sua publicação, deverão adequar-se às suas disposições no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação do decreto que a regulamentar, bem como apresentar relatório circunstanciado dos produtos existentes, pesquisas ou projetos em andamento envolvendo OGM.

Art. 16 - Esta lei será regulamentada por decreto do governador do Estado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(aa) ANDRÉ VARGAS, HERMES FONSECA, PADRE PAULO CAMPOS, NATÁLIO STICA, ÂNGELO VANHONI, ELTON CARLOS WELTER, LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO ILKIV e TADEU VENERI.

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, este projeto de lei baseou-se, na sua formalidade, principalmente na Lei Federal 8974, de 5 de janeiro de 1995, que estabeleceu normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM's) e autorizou o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio.

Este tema relacionado à liberação de produtos transgênicos vem suscitando calorosa discussão em nosso País, a exemplo do ocorrido para aprovação da MP 113/2003 (Projeto de Lei de Conversão nº 16/2003) que autorizou, em caráter excepcional, a comercialização de soja plantada ilegalmente no País.

No Paraná, embora o debate ainda esteja circunscrito, o tema não deixa de suscitar preocupações. O próprio governo estadual, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, baixou portaria sobre esta matéria, impedindo a importação e comercialização de OGM's.

A resistência dos consumidores europeus e asiáticos aos produtos geneticamente modificados é fato e por este motivo é prudente, para a manutenção de mercado para o produto paranaense, que nossa soja continue isenta de organismos geneticamente modificados - "não transgênica".

Este fato vem despertando o interesse de entidades representativas, organizações comerciais e governamentais, na restrição à liberação comercial destes produtos visando atender a crescente demanda por produtos convencionais, não modificados geneticamente, existente no mercado internacional.

Convém destacar que o principal risco da disseminação do cultivo de produtos transgênicos está na distância que há entre a complexidade dos seres vivos e o patamar alcançado pelo conhecimento científico, que ainda não oferece, à sociedade e aos consumidores, segurança inequívoca a respeito das conseqüências, a médio e longo prazos, que estes produtos podem gerar à saúde humana e animal, e seus impactos sobre os vegetais e o meio ambiente.

No caso da soja, por exemplo, os cientistas estudaram apenas 0,02% do que há para saber sobre o genoma deste organismo, indicativo de que, na manipulação genética cujo objetivo é conferir à planta resistência ao herbicida Roundup, podem estar sendo modificadas outras características do organismo, ainda não conhecidas e catalogadas pela comunidade científica.

Preocupa o que aconteceu em 1989, quando a empresa japonesa Showa Denso, alterou geneticamente uma bactéria natural para que produzisse uma forma mais eficiente de triptofano, um suplemento alimentar. A manipulação fez a bactéria produzir uma substância altamente tóxica, que só foi detectada quando o produto já estava no mercado. Das pessoas que consumiram o produto, cinco mil (5.000) adoeceram, um mil e quinhentas

(1.500) ficaram inválidas e trinta e sete (37) morreram. Embora ocorrido nos EUA, este episódio nunca foi esclarecido pois a empresa destruiu a cepa de bactérias transgênicas, conforme afirmação do engenheiro agrônomo e pesquisador, Sebastião Pinheiro.

Do ponto de vista ambiental, não há segurança sobre as possíveis consequências da utilização dos produtos transgênicos sobre a riqueza da biodiversidade, na medida em que essas plantas modificadas geneticamente podem interagir no meio ambiente com as variedades naturais, eliminando insetos e microorganismos benéficos ao equilíbrio ecológico. Há também a possibilidade de aumento de contaminação dos solos e lençóis freáticos, devido ao uso intensificado de agrotóxicos, de desenvolvimento de plantas e animais resistentes a uma ampla gama de antibióticos, herbicidas e pesticidas, criando situações potencialmente danosas.

Há de se esclarecer que os alimentos transgênicos surgem - produzidos através da tecnologia do DNA recombinante - a partir de microorganismos, de animais e plantas, desenvolvidos em laboratório - do desenvolvimento da engenharia genética e vem sendo cada vez mais questionadas, devido o "princípio da precaução" onde se prevê que é de responsabilidade da empresa interessada na implantação de uma nova tecnologia a comprovação de que esta não causa danos à saúde humana e ao meio ambiente.

Em que pese ser considerada por alguns como sendo o próximo e inevitável passo no processo de modernização da agricultura brasileira, que a conduzirá a ocupar um lugar de destaque ainda maior no cenário mundial, no que se refere ao mercado internacional de soja e seus derivados, os resultados recentes do comércio internacional do "complexo soja" mostram as exportações brasileiras crescendo e uma retração das exportações por parte dos EUA, maior produtor mundial de soja transgênica. Esse fato nos possibilita inferir que existe uma clara preferência de países importadores por soja free OGM. Sob o ponto de vista econômico e comercial, o caso da soja é exemplar para a compreensão do que está em jogo nesta disputa em relação aos OGM's (transgênicos) no Brasil e especialmente no Estado do Paraná.

A produção mundial de soja é dominada por três países - Estados Unidos, Brasil e Argentina, que juntos respondem por 90% da produção mundial. O Brasil, dentre estes países, é o único em que a produção de soja geneticamente modificada ainda não foi implantada e mais de 75% da produção nacional é destinada para o mercado europeu e chinês. Nos EUA e na Argentina, a soja transgênica atinge 60% e 95%, respectivamente, da sua produção. O Brasil, portanto, é a única fonte remanescente de produto free OGM.

Neste ano de 2003, estima-se que a produção da safra brasileira de soja, em fase final de colheita, supere 50 milhões de toneladas. O Paraná é responsável pela produção de 12,5 milhões de toneladas, representando cerca de 24% da produção nacional, sendo superado

somente pelo Estado do Mato Grosso, devido sua maior área plantada, porém está à frente do Rio Grande do Sul, terceiro Estado produtor. Neste, parte da soja foi semeada clandestinamente com variedades denominadas "maradona" contrabandeadas da Argentina que poderá contaminar as áreas paranaenses, caso não se aprove leis que inibam esta possibilidade. Isto ocorrendo, poderá ocorrer prejuízos a dezenas de milhares de agricultores paranaenses, inclusive produtores de suínos e aves que têm ampliado as exportações devido possuir como característica a alimentação com rações não transgênicas.

Há de se ressaltar que a aprovação da soja transgênica no Brasil obedece a uma questão-chave na estratégia mercadológica de empresas transnacionais, como exemplo a Monsanto, pois somente assim elas conseguirão impor seus produtos aos consumidores europeus. Uma vez vencida a resistência européia através da soja, o caminho estará livre para a introdução de qualquer outro produto modificado geneticamente.

De outro lado, os agricultores não terão mais opção na aquisição de sementes e insumos, tornando-se "reféns" do pacote oferecido pelas empresas fornecedoras de sementes e insumos agrícolas, pois as sementes transgênicas possuirão um "gene terminator", que impedirá o agricultor utilizar parte de sua produção como semente. Desta forma, o agricultor estará, irremediavelmente, obrigado a comprar novas sementes, juntamente com os insumos (herbicidas, inseticidas e fertilizantes) apropriados às características do organismo modificado geneticamente, ambos produzidos e fornecidos pela mesma empresa. Deve-se lembrar que a trajetória crescente de fusões e aquisições de empresas de sementes e insumos, têm contribuído para formar um imenso oligopólio neste setor.

Ainda que se prescindia dos elementos econômicos e comerciais envolvidos na liberação dos produtos transgênicos, não há como desconsiderar os aspectos relacionados com a segurança desses produtos em relação à saúde humana, animal e vegetal e o impacto ambiental, no médio e longo prazo. Por princípio, um alimento só deve ser liberado comercialmente se for seguro, sendo esta uma condição *sine qua non* para que haja liberação do consumo, conforme afirma Silvio Valle (pesquisador titular e coordenador dos cursos de biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz) que afirma "que é um exagero afirmar que a engenharia genética e, em especial, os alimentos transgênicos, é uma prática cientificamente segura, pois esta tecnologia é muito recente e até o presente momento poucos produtos liberados".

Diante destas circunstâncias, estamos apresentando o presente projeto que visa transformar em Lei iniciativas já tomadas no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná, ampliando e consolidando estas medidas, em benefício da nossa economia, da agricultura paranaense, bem como de toda a sociedade.

Este projeto de lei veda a semeadura, o plantio, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM's) em território paranaense, pelos riscos já abordados envolvendo o problema da segurança, porém, reconhece e reafirma a legitimidade da comunidade científica em desenvolver pesquisas com OGM's, de produtos decorrentes da aplicação da engenharia genética, desde que atendidos os dispositivos legais vigentes.

Por fim, para regular e acompanhar as atividades relacionadas à pesquisa dos organismos geneticamente modificados (OGM's), popularmente denominados "transgênicos", no Estado do Paraná, estamos propondo a criação do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, a ser composto por representantes do governo, da comunidade científica, das organizações sociais representativas de trabalhadores e empresários. Competirá a este Conselho, a autorização para realização de pesquisa e/ou testes e o seu devido monitoramento, emitindo relatório final conclusivo sobre os benefícios e riscos que os produtos pesquisados poderão oferecer à saúde humana, animal, e seus impactos sobre os vegetais e o meio ambiente.

Em sua essência, considera-se que a semente é a origem da vida, portanto, deve ser considerada patrimônio da humanidade e jamais propriedade particular.

PROJETO DE LEI Nº 308/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASR - Associação de Senhoras de Rotarianos de Planalto-PR, com sede na cidade de Planalto e foro na comarca de Capanema, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 25 de novembro de 1995, a Associação de Senhoras de Rotarianos de Planalto, sociedade civil de caráter assistencial, moral e cultural, tem por finalidade promover maior aproximação entre as famílias de rotarianos, fomentando a amizade entre as sócias, bem como desenvolver programas que inspirem movimentos análogos em outras comunidades rotárias, sem distinção de raça, cor, condição social ou credo religioso ou político.

A documentação inclusa comprova que a Associação de Senhoras de Rotarianos de Planalto preenche todos os requisitos legais exigidos para sua declaração de Utilidade Pública, eis que existe há mais de ano, está registrada no Cartório de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas, presta serviços gratuitos à comunidade, não visa lucros e não remunera sua diretoria.

Contamos, pois com o apoio dos senhores parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 309/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Maria Vicentina, com sede e foro no município de Maringá, entidade que se destina a prestar ajuda através de promoção humana e social a jovens carentes.

O trabalho desenvolvido pela Associação tem a finalidade de promover o desenvolvimento dos jovens e o resgate ao convívio social.

A Associação, sem fins lucrativos, foi fundada em 31 de janeiro de 2000 e realiza, com sucesso, o trabalho inerente à finalidade de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 310/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 49, de 21 de dezembro de 1965, que declarou de Utilidade Pública o Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco do Estado do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Fundo de Pensão Multipatrocinado, com sede e foro nesta Capital.”.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto com o objetivo de alterar a redação da Lei nº 49/65, que declarou de Utilidade Pública o Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco do Estado, que através de decisão de sua assembléia geral, passou a denominar-se Fundo de Pensão Multipatrocinado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação do projeto de lei em tela.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, imprensa presente, povo do Paraná que nos prestigia.

No dia de hoje dará entrada nesta Casa de Leis um projeto de lei de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que vem ao encontro da posição do nosso governador Roberto Requião, com relação à cultura dos transgênicos no País e no Paraná.

E este parlamento terá em mãos, um projeto de lei que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados no Estado do Paraná. E também indica ao Poder Executivo Estadual, a criação no âmbito da governadoria do Estado, do Conselho Estadual de Biossegurança, CTEBio e dá outras providências.

O que diz esse projeto de lei, senhores deputados, senhoras deputadas? Ele visa vedar, aqui no Paraná, mas também permitir que se faça o estudo científico com o controle deste Conselho, que estará vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura. A intenção da Bancada é uma preocupação muito grande neste País e neste Estado. O País e o Paraná têm batido o recorde nas exportações, na soja principalmente e um dos motivos que os técnicos apontam, é em função de que no Paraná e no País ainda não é considerado que haja a cultura do transgênico.

Infelizmente, no Estado do Rio Grande do Sul houve a entrada de forma desonesta dos organismos geneticamente modificados. Agora, com a portaria que o governo federal protocolou, que está em vigor atualmente com relação à proibição, aqui no Paraná não poderíamos nos furtar de apresentar uma legislação, haja vista que o Estado do Paraná é um dos maiores celeiros de produção agrícola do País.

Portanto, este projeto vem ao encontro da vontade política do Estado de proibir o cultivo de organismos geneticamente modificados no Paraná. Cria esse conselho de biossegurança e dá outras providências. É assinado por todos os deputados do PT e tem o objetivo de fazer essa discussão ampla aqui no Paraná. E também, permite que a pesquisa na questão dos transgênicos seja permitida. Que se avance a pesquisa com controle público desse setor.

Seria isso, senhor presidente.

Esse projeto dará entrada na data de hoje, nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Plauto Miró.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Gostaria de registrar a presença do prefeito da cidade de Mandaguaçu, o doutor Gargantine, que se encontra presente e também a sua assessoria. E gostaria também de registrar o trabalho que ele vem realizando na cidade, onde temos também lá o nosso colégio eleitoral bastante forte, e como médico que é, tem feito um grande trabalho na área da saúde e também na educação. Tem sido um exemplo para os demais prefeitos do nosso Paraná!

Então, estou registrando a presença do doutor Gargantine ao senhor, como presidente, e aos demais colegas desta Casa.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos o registro, deputada Cida Borghetti, e a presença do prefeito de Mandaguaçu. Seja bem-vindo!

Com a palavra, o deputado Plauto Miró, por cinco minutos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Retorno hoje a esta tribuna, para lembrar aqui ao líder do Governo - não vejo nosso companheiro e amigo deputado Ângelo Vanhoni em plenário, mas o próprio líder do PMDB, deputado Antonio Anibelli, de que na última quarta-feira, quando estiveram aqui nesta Casa os representantes de Ponta Grossa para fazer uma manifestação pública com relação ao que acontece na Universidade Estadual, com relação ao seu curso de Medicina.

Quando estivemos no Palácio Iguaçu, fomos recebidos pelo senhor Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, e lá estive o deputado Jocelito Canto; estive também o presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, os acadêmicos de Medicina e também demais representantes da cidade, como Valter Sâmará, empresário sempre envolvido com as causas daquele município. E o chefe da Casa Civil, senhor presidente, assumiu um compromisso conosco de que o governador do Estado do Paraná iria receber uma comitiva de Ponta Grossa nesta semana. Já estamos na quarta-feira e até hoje não tivemos posição nenhuma do governador do Estado do Paraná, do nosso amigo, deputado Caíto Quintana, que está à frente da Casa Civil, e nós esperamos aqui a ação dos deputados interlocutores do governo do Estado nesta Casa, o deputado Vanhoni, para que vejamos qual será o dia que o Governo vai receber os representantes da cidade de Ponta Grossa.

Já vimos o Palácio, dias atrás, receber o Movimento Sem-Terra; já vimos o Palácio Iguaçu receber representantes de Sindicatos, como a própria APP - Associação dos Professores, e nós aguardamos e esperamos ter do Palácio Iguaçu, porque a audiência ficou certa para nesta semana! Estamos aí na quarta-feira amanhã já

é quinta, sexta-feira está aí e até agora não temos absolutamente nada! Estamos aguardando uma posição do Palácio e vamos ver se acontece alguma coisa.

Já se passaram quase trinta dias e toda essa discussão que acontece com relação aos problemas da Universidade da nossa cidade de Ponta Grossa e até agora, de concreto por parte do Governo, depois de protocolarmos lá no Palácio, para não dizerem que ninguém pediu, em torno de trinta dias já foi protocolado um pedido de audiência com o senhor governador e as Lideranças da cidade, não é Político “A”, “B”, ou “C”, mas as lideranças da Cidade de Ponta Grossa que querem sentar com o governador do Estado para mostrar aquilo que acontece lá na Universidade, e o governador, infelizmente, não recebeu e não ouve ninguém da nossa cidade, nenhum representante da nossa Universidade.

Nós não desistimos, senhor presidente! Vamos continuar aqui cobrando! Um governo popular, eleito pelo povo, um governo democrático com certeza tem que ouvir as partes e, em especial, as lideranças da cidade de Ponta Grossa, que deram a Requião a vitória no segundo turno da eleições.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, cidadãos paranaenses aqui presentes.

Ontem, ao utilizarmos esse momento de reflexão, tivemos que abordar outros temas, não exatamente como gostaríamos, e infelizmente não pudemos debater o assunto que nos levou à tribuna.

O governador, anteontem, e ontem na imprensa, anunciou a possibilidade da criação de uma empresa de telecomunicação do Paraná, que seria a união entre a Copel, que já tem cabeamento em praticamente todo o Estado, uma estrutura que está absolutamente subutilizada, em um investimento que foi feito pelo povo do Paraná. A Sercomtel, empresa de excelência pioneira em serviços telefônicos, que hoje se encontra associada à própria Copel, onde a Prefeitura Municipal tem 55% das ações e a Copel tem 45%.

Essa idéia lançada pelo governador, há que ser fomentada e potencializada, por mais que pareça contraditória nos momentos em que vivemos. Há concretamente, do ponto de vista técnico, possibilidade da construção de uma empresa de telecomunicações do Paraná. A Sercomtel está autorizada pela Anatel, em função de ter cumprido as metas estabelecidas, a explorar qualquer área no Estado do Paraná, para oferecer serviços de telefonia.

Ocorre que a Sercomtel não tem essas condições, deputado Dobrandino, porque necessita de capital, estrutura, de uma condição que hoje infelizmente, não temos, do ponto de vista empresarial. A associação com a Copel,

do ponto de vista estratégico, serviria para colocar à disposição esse setor importante inclusive para projetos de inclusão digital de uma estrutura, que está à disposição da Copel, não só o cabeamento óptico, também o posseamento em todo o Estado do Paraná e toda a rede de distribuição e de atendimento. A Sercomtel, com a tecnologia, com a condição de gerenciamento, parece uma idéia e um balão de ensaio, mas esse projeto é estratégico.

Conversei com diversos prefeitos. Só a rede pública, prefeitura, hospitais, creches, escolas, postos de saúde, interligados nesse sistema de comunicação, seriam suficientes para viabilizar uma empresa que pudesse competir com a BrasilTelecon. A título de promover a competição no mercado de telefonia, o governo federal passado criou grandes monopólios privados. Falava-se no monopólio do sistema Telebrás e do monopólio da Telepar no Paraná. O que temos hoje é o monopólio da BrasilTelecon. A GVT não consegue competir com a BrasilTelecon. Uma empresa pública que estivesse vocacionada, em uma parceria estratégica entre a Copel e a Sercomtel, viabilizaria a Sercomtel, com dificuldades financeiras oriundas de um passado tenebroso, de Londrina, no desvio de recursos. A Copel poderia sem dúvida nenhuma, potencializar a sua rede de fibra óptica, que interessa ao Paraná, porque serviríamos de exemplo para o Brasil, porque é possível juntando-se forças, energia, estruturas públicas, construir uma rede pública de comunicação em telecomunicações.

Por isso protocolo um requerimento no sentido de que essa idéia não morra. Voltarei a esta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Não há mais ninguém inscrito. No Grande Expediente, não há oradores inscritos.

Passamos ao Horário das Lideranças Partidárias: PL; PSC; PSL; PPS; PDT; PT; PP; PMDB.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, apenas para esclarecer ao deputado Plauto, já que houve a convocação do reitor para vir segunda-feira, vamos esperar que ele nos traga coisas novas. Talvez, o prefeito de Ponta Grossa venha aqui e também explique. Queremos saber que eventos novos trarão para nós.

Então eu acho que o governador, que hoje esteve em Fazenda Rio Grande, vai a Cerro Azul, amanhã vai a Cascavel, está trabalhando, baixando decretos, acabando com a corrupção no Paraná, contratos lesivos ao nosso Estado, talvez a semana que vem, depois que a luz vier, através da pessoa do reitor da Universidade de Ponta Grossa, talvez o governador receba a comitiva de Ponta Grossa, e o deputado Plauto pode se dirigir à Casa Civil, através do telefone, falar com o deputado Caíto Quintana, que é nosso companheiro, nosso amigo, respeita a todos os deputados e está livre a todo instante para atender, como atende deputados de todos os Partidos.

Era o esclarecimento que queria fazer neste horário destinado à liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário destinado ao PFL, PSDB, PTB, PSB, liderança do Governo, Liderança das Oposições.

(**Todas declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 46/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Poder Executivo a redução da alíquota do ICMS na cobrança de serviços de energia elétrica e comunicação, de hotéis localizados em municípios cuja economia seja baseada no turismo. **À Comissão de Turismo.**

Projeto de lei de autoria dos deputados André Vargas, Hermes Fonseca, Padre Paulo Campos e demais deputados da Bancada do PT, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita da apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita da apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita da apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1051, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 29 de maio, para logo após o término da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 171/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a redação da Lei nº 9.148, de 15 de dezembro de 1989, que declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 171/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 9.148, de 15 de dezembro de 1989, que declarou de Utilidade

Pública o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Entidades Sociais do Paraná - Consesp, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos institutos Médicos Legais - IMLs e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DA SP. (**Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 008/2003

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário que visa normatizar os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's, e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. (*sic*)

Senhores deputados, o projeto de lei ora analisado por esta relatoria encontra-se inconstitucional vez que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta) é exclusiva do governador, como reza o artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual.

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

Assim, diante do óbice apontado e por ser a idéia do autor do projeto solucionar os problemas existentes entre os serviços funerários com os usuários destes serviços, esta relatoria optou por apresentar o incluso substitutivo geral.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma do incluso substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 25.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 008/2003

Art. 1º - O serviço de transporte municipal de cadáveres, inclusive comercialização de caixões, urnas

funerárias e a prestação de outros serviços complementares, são livres à iniciativa privada, vedada a garantia de exclusividade em virtude da localização da empresa que o realize.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Barbosa Neto e Tadeu Veneri.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 008/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo assegurar aos familiares de falecidos, cujos corpos encontrem-se nos Institutos Médicos Legais ou qualquer outro órgão público estadual para a respectiva liberação, o direito de escolher o prestador do serviço fúnebre e o cemitério de sua preferência.

Visando corrigir inconstitucionalidade encontrada na proposição em anexo, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à iniciativa do nobre parlamentar, todavia, na forma do substitutivo geral que anexa.

Não obstante, em face do objetivo visado pelo autor para minorar o pungente sofrimento das pessoas que perdem seus familiares, conforme exposição constante na justificativa que acompanha o projeto de lei, verifica-se que além da necessidade de sanar o vício da inconstitucionalidade de modo a viabilizar a sua aprovação nesta Casa e posterior sanção governamental é também imprescindível que se assegure, de forma clara e incontestável, a vontade dos familiares do falecido, que é da própria essência do projeto de lei.

Isto posto, esta Comissão de Segurança Pública, na oportunidade em que louva a iniciativa parlamentar, emite parecer favorável, na forma do Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 25.05.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 008/2003

Art. 1º - O serviço fúnebre corresponde ao transporte do corpo, comercialização de caixões, urnas, espaço em cemitérios e demais serviços complementares, é livre à iniciativa privada, assegurada a livre vontade dos familiares do falecido.

Parágrafo Único - É vedada qualquer garantia de exclusividade à empresa prestadora de serviços fúnebres,

em virtude da sua localização no município onde ocorreu o óbito ou no qual ocorra a liberação do corpo pelo órgão estadual competente, ainda que opere no sistema de alternância (rodízio).

Sala das Comissões, em 26.05.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoioamento:

Barbosa Neto e Tadeu Veneri.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1052, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 008/2003.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que altera a Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível, na forma que se segue. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26/02/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 082/2003

P A R E C E R :

A proposição em tela trata do Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que altera a Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002, a qual dispõe sobre a proibição de distribuição, fornecimento, oferta e comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimentos de combustíveis (postos de gasolina) localizados em perímetros urbanos.

Nota-se que a presente proposição visa tão somente especificar a limitação a qual estará condicionada a proibição do ato de ingerir (consumo) bebidas alcoólicas nas dependências dos referidos estabelecimentos comerciais.

Assim, sob a ótica da legalidade e constitucionalidade, nada a opor à alteração proposta, visto que a mesma não infringe dispositivo legal tampouco cerceia direitos do cidadão paranaense.

Portanto, exaro parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 082/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Natálio Stica, visa alterar a Lei nº 13.463/2002,

que dispõe sobre o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 001/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação, em caráter emergencial, de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2003, de 23/04/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 001/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 01/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, sugere a criação, em caráter emergencial, de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul

Chamada a se manifestar, esta Comissão vê que nada mais justo que Laranjeiras do Sul, tenha proteção de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros, pois o mais próximo fica em Guarapuava, a 114 quilômetros de Laranjeiras do Sul, apresentamos parecer integralmente favorável à aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 26.05.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 003/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação, no âmbito das Polícias Civil e Militar do auxílio-moradia e transporte para os servidores públicos na ativa que ganhem até R\$1.500,00. COM PARECER FAVORÁVEL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2003, de 23/04/2003).**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 003/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 03/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, sugere a criação, no âmbito das Polícias Civil e Militar do auxílio-moradia e transporte para os servidores públicos na ativa que ganham até R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Chamada esta Comissão a se manifestar, acredita que os policiais civis e militares necessitam de dignidade para poder exercer suas funções, e isso não acontece pois recebendo salários baixos, não possuem condições de desempenhar a contento suas atividades, portanto apresentamos parecer integralmente favorável à aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 26.05.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1050, 1055 e 1060, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1057, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1058, de autoria do deputado Barbosa Neto, com apoio dos deputados Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, André Vargas, Luciana Rafagnin e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1061, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1062, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nº 018 e 019/2003.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2003

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Carlos Simões.

Às quinze horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa da Redação Final para as proposições constantes da Ordem do dia, que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do vereador Claudino Ilma do município de Cerro Azul, no dia 27 de maio.

O vereador Claudino era uma pessoa do nosso relacionamento, um jovem de 39 anos, que vinha em seu primeiro mandato, realizando um trabalho respeitável naquele município e com grande futuro político.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada para Rua Barão do Rio Branco, 162; Cerro Azul- CEP 83.570-000

Sala das Sessões, em 28.05.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que altera a Redação da Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível, na forma que se segue. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Nós vamos votar os itens 2 e 3 que têm o mesmo teor. Gostaria apenas que fosse esclarecido, a emenda constitucional que está sendo pedido para que não fosse aprovado nº 43/2000. O que trata essa emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dou a palavra ao deputado Hermes da Fonseca, autor da indicação para esclarecer o Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, também tinha pedido a Questão de Ordem, é o mesmo questionamento que eu iria fazer, o esclarecimento do que se trata a emenda.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente e senhores deputados. A nossa indicação legislativa sugere ao líder do nosso Partido no Congresso Nacional, ao líder do nosso Partido na Câmara Federal e à ministra do Meio Ambiente, que faça-se um trabalho legislativo no Congresso Nacional para impedir a aprovação deste projeto de emenda constitucional, que tira a titularidade das águas subterrâneas dos Estados. Essa é a proposta. Que tem a titularidade

sobre o uso e a ocupação das águas subterrâneas, hoje, são os Estados.

No entanto, tem um projeto transitando no Congresso Nacional que está na Comissão de Constituição e Justiça, que visa passar essa titularidade para o Governo Federal e no caso seria a Agência Nacional de Água ou o Ministério do Meio Ambiente.

Isso complicaria, burocratizaria de forma muito forte qualquer autorização para perfuração de um poço, aqui, no Paraná ou lá no Ceará, porque a Agência de Brasília teria que fazer isso.

É esta a proposta, é essa a nossa indicação, que o nosso partido trabalhe para que essa proposta não seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 019/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que sugere ao senhor senador Tião Viana - Líder do PT no Senado, que se realize trabalho parlamentar que impeça a aprovação de projeto de emenda constitucional nº 043/2000. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14.05.2003).**

COMISSÃO EXECUTIVA
INDICAÇÃO Nº 19/2003

P A R E C E R :

Relatório

As presentes indicações de autoria do nobre deputado Hermes Fonseca têm por objetivo sugerir trabalho parlamentar que impeça a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 043/2000, que tramita no Congresso Nacional.

As Indicações, se aprovadas forem, seriam enviadas a Exma. ministra do Meio Ambiente Marina Silva (17/03), para o Exmo. deputado federal Nelson Pellegrino, líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara federal (18/03) e senador Tião Viana, líder do partido dos Trabalhadores no Senado Federal (19/03).

Fundamentação

Com a alteração do artigo 128 do Regime Interno, a proposição Indicação passou a proporcionar aos senhores deputados uma forma de enviar sugestões de medidas a qualquer agente público de outros Poderes e agentes privados.

Conclusão

Sendo assim, chamada a opinar a Comissão Executiva não encontrou nenhum óbice para a justificada manifestação do deputado Hermes Fonseca, que entende que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal irá prejudicar tanto os Estados, como os municípios brasileiros.

Palácio XIX de Dezembro, em 20.05.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 018/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que sugere ao senhor deputado federal Nelson Pellegrino - Líder do PT na Câmara Federal, que se realize trabalho parlamentar que impeça a aprovação de projeto de emenda constitucional nº 043/2000. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14.05.2003).**

COMISSÃO EXECUTIVA
INDICAÇÃO Nº 18/2003

P A R E C E R :

Relatório

As presentes indicações de autoria do nobre deputado Hermes Fonseca têm por objetivo sugerir trabalho parlamentar que impeça a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 043/2000, que tramita no Congresso Nacional.

As Indicações, se aprovadas forem, seriam enviadas a Exma. ministra do Meio Ambiente Marina Silva (17/03), para o Exmo. deputado federal Nelson Pellegrino, líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara federal (18/03) e senador Tião Viana, líder do partido dos Trabalhadores no Senado Federal (19/03).

Fundamentação

Com a alteração do artigo 128 do Regime Interno, a proposição Indicação passou a proporcionar aos senhores deputados uma forma de enviar sugestões de medidas a qualquer agente público de outros Poderes e agentes privados.

Conclusão

Sendo assim, chamada a opinar a Comissão Executiva não encontrou nenhum óbice para a justificada manifestação do deputado Hermes Fonseca, que entende que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal irá prejudicar tanto os Estados, como os municípios brasileiros.

Palácio XIX de Dezembro, em 20.05.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Aprovadas as Indicações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1065, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1064, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 166/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 002, 011 e 017/2003.

Levanta-se a Sessão.

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA - 03/06/2003 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 220/2003. Autor: deputado Fernando Ribas Carli, que dispõe sobre a adoção de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das Instituições Estaduais de Ensino Superior, para alunos da Rede Pública de Ensino.

Projeto de Lei nº 269/2003. Autor: deputado Rafael Greca, que institui a cota de reserva de 50% das vagas nas Universidades Públicas Estaduais para alunos egressos de escolas públicas. ****Ambos anexos. Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 08.05.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 27.05.2003.**

Projeto de Lei nº 242/2003. Autor: deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivos da Lei nº 10.236/92 que dispõe sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 14.05.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 102/2003. Autor: deputado Tadeu Veneri, que declara o tombamento do patrimônio ferroviário do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral. Designado em 20.05.2003.**

Projeto de Lei nº 136/2003. Autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que torna preferencial a adoção de sistemas abertos, na oferta de facilidade e na prestação de serviços públicos por meio eletrônico. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 20.05.2003.**

Projeto de Lei nº 243/2003. Autor: deputado Padre Paulo Campos, que concede aos estudantes das Redes Pública e Particular de Ensino Médio e Superior, o meio passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal, **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 14.05.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 20.05.2003. Vistas ao deputado Hermes Fonseca em 27.05.2003.**

Projeto de Lei nº 258/2003. Autor: deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Honorário do

Paraná ao senhor Luís Inácio Lula da Silva. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 20.05.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 21/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a criar um Programa Especial de Atendimento à Saúde da Mulher e do Homem, após os 40 anos de idade. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 107/2003. Autor: deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a denominar “Inês Maria Duarte Kurpel” o trevo de acesso Chopinzinho - Coronel Vivida, na PR-281. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 149/2003. Autor: deputado Natálio Stica e outros, que altera a Lei nº 11.897, de 1º de dezembro de 1997, que dispõe que o Poder Executivo fica autorizado a efetuar o pagamento de energia elétrica dos consumidores cujos imóveis sejam para fins residenciais, nos termos que se seguem. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 181/2003. Autor: deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado do Paraná e dá outras providências. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 206/2003. Autora: deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um programa Permanente de Plantio de Árvores pelos estudantes do ensino fundamental da Rede Pública do Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 248/2003. Autor: deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre proibição de inscrição de usuários de serviços públicos em cadastros de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da Administração Pública Estadual com os denominados “Serviços de Proteção ao Crédito”. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 256/2003. Autor: deputado Natálio Stica, que altera o artigo 4º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 259/2003. Autor: deputado Carlos Simões, que autoriza a incorporação das localidades de Prainha e Cabaraquara no município de Matinhos. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 268/2003. Autor: deputado Augustinho Zucchi, que altera o item III, e inclui o item IV, no artigo 5º, e altera o item I do artigo 10 da Lei nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998 do Poder Executivo. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei Complementar nº 270/2003. Autor: Procuradoria Geral de Justiça, que altera a redação do artigo 110, § 2º, a Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999. **Relator: deputado Delegado Braddock. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 280/2003. Autor: deputado Elio Rusch, que introduz alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), em relação aos produtos de mandioca. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 281/2003. Autor: deputado Mauro Moraes, dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de creches nas escolas estaduais que possuem cursos noturnos. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 283/2003. Autor: Poder Executivo, que revoga a Lei nº 13.728 de 15 de julho de 2002. (ICMS). **Relator: deputado Antonio Anibelli Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 288/2003. Autor: Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a manter, nos mesmos valores e condições, o pagamento das vantagens nas Leis nºs 13.627, de 11 de junho de 2002 e 13.629, da mesma data, conforme especifica. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 291/2003. Autor: Poder Executivo, que altera a redação do artigo 2º, da Lei nº 11.832, de 12/09/97, que dispõe sobre a doação do imóvel, do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar. **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 28.05.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 04/2003. Autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Insti-

tuto Solidariedade, com sede e foro nesta Capital. **Relator: Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 35/2003. Autor: deputado Hermas Brandão que declara de Utilidade Pública o Instituto de Ensino e Fomento, com sede e foro nesta Capital. **Relator: Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 36/2003. Autor: deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá. **Relator: Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 37/2003. Autor: deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Ação Voluntária de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. **Relator: Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 38/2003. Autor: deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Museu do Futuro, com sede e foro nesta Capital. **Relator: Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 53/2003. Autora: deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Bom Samaritano, com sede e foro em Maringá. **Relator: Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 58/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Palmital, com sede em Boa Esperança e foro em Mamborê. **Relator: Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 61/2003. Autor: deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Pequenos Empreendedores Autônomos de Primeiro de Maio, com sede e foro em Primeiro de Maio. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 65/2003. Autor: deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel, com sede e foro em Londrina. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 71/2003. Autor: deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Portadores de Parkinsonismo, com sede e foro nesta Capital. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 80/2003. Autor: deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação dos

Apicultores do Oeste do Paraná, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 84/2003. Autor: deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, com sede e foro em São João do Triunfo. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 87/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual João Maffei Rosa, com sede em Juranda e foro em Ubatuba. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 88/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Rio Verde, com sede em Juranda e foro em Ubatuba. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 89/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Helena Connor Braz, com sede em Juranda e foro em Ubatuba. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 90/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Paulo Roberto Halatzuk Hrehuchuk, com sede em Juranda e foro em Ubatuba. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 91/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Paulo Leminski, com sede em Juranda e foro em Ubatuba. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 94/2003. Autor: deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Pais e Presidentes das APMs e APPFs de Escolas Estaduais e Municipais de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro nesta Capital. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 116/2003. Autor: deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Grupo Espírita da Prece, com sede e foro em Cambé. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 119/2003. Autor: deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Israelita Hai, com sede e foro nesta Capital. **Relator: deputado Doutor Luciano. Designado em 28.05.2003.**

Balancete:

OFÍCIO Nº 007/2003

Curitiba, 15 de maio de 2003.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de ABRIL/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Abril	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/04/2003
MÊS: Abril	Exercício: 2003	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.600.000,00	56.000.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	13.600.000,00	56.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	600.000,00	1.400.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	600.000,00	1.400.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.200.000,00	57.400.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	945.481,75	2.289.776,78
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	945.481,75	2.289.776,78
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	945.481,75	2.289.776,78
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	12.876.343,61	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	12.867.343,61	4.760.343,88
TOTAL	28.021.825,36	64.450.120,66

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: Abril ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Abril Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/04/2003
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
DESPESAS CORRENTES	13.728.651,28	48.071.034,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.471.799,40	40.656.220,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.256.851,88	7.414.813,62
DESPESAS DE CAPITAL	23.816,70	349.331,69
INVESTIMENTOS	23.816,70	349.331,69
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	13.752.467,98	48.420.366,22
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	14.535,00	460.593,57
PAGAMENTOS	14.535,00	460.593,57
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	801.948,49	2.116.286,98
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	801.948,49	2.116.286,98
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	816.483,49	2.576.880,55
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.452.873,89	13.452.873,89
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.452.873,89	13.452.873,89
TOTAL	28.021.825,36	64.450.120,66

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade